



atualizada, sendo a mesma apresentada na última reunião. A AGESPISA informou que está fazendo um levantamento junto aos construtores para reunir todas as informações necessárias. De acordo com o cronograma, todas as obras deverão ser finalizadas até o dia 25 de junho, com exceção da obra de Uruçuí, que é de grande porte e demandará mais tempo para a conclusão. A AGESPISA se comprometeu a oficializar essa informação até a próxima reunião. No que se refere ao **quarto ponto de pauta**, Alberto comunicou que já enviou à PGE o encaminhamento da última reunião. Concluída as proposições e sem nenhuma discordância das premissas apresentadas, eu Maria Helena Santos Soares, lavrei a presente ata, que será publicada no Diário Oficial do Estado do Piauí - DOE/PI, sob responsabilidade dos membros da SEAD-PI.

**Alberto Elias Hidd Neto**

Membro Comitê de Transição - SEAD/PI

**Clemilton Luiz Queiroz Granja**

Membro Comitê de Transição - AGESPISA

**Danilo Cezar Correia de Almeida**

Membro Comitê de Transição - SPE Águas do Piauí

**Francisco Antônio de Sousa Filho**

Membro Comitê de Transição - AGRESPI

**Guilherme de Figueiredo Dias**

Membro Comitê de Transição - SPE Águas do Piauí

**Leonardo Silva Sousa**

Membro Comitê de Transição - AGESPISA

**Maria Helena Santos Soares**

Membro Comitê de Transição - SEAD/PI

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DO PIAUÍ****Ata de Reunião****ATA DA 11ª REUNIÃO DO COMITÊ DE TRANSIÇÃO DA MICRORREGIÃO DE ÁGUA E  
ESGOTO DO PIAUÍ - MRAE**



Aos vinte e sete dias do mês de março de dois mil e vinte e cinco, às nove horas, de forma híbrida, na sala de Reunião da Superintendência de Parcerias e Concessões - SUPARC, localizada na Avenida Rio Poti, nº 1046 - Fátima, Teresina - PI, CEP 64049-410, em cumprimento ao Capítulo 7 - FASE DE TRANSIÇÃO, do Contrato nº 648/2024, realizou-se a 11ª Reunião do Comitê de Transição - MRAE. Enquanto representantes do Comitê de Transição - MRAE, designados através da Portaria nº 4/2025/GAB/SEAD e suas alterações, nos autos do Processo Administrativo nº 00002.011728/2024-22, estiveram presentes: Alberto Hidd e Maria Helena Santos, membros da SEAD; os membros da Concessionária Guilherme de Figueiredo Dias e Danilo Cesar Correia de Almeida; Clemilton Luiz Queiroz Granja e Leonardo Silva Sousa, membros da AGESPISA; Francisco Antônio de Sousa Filho, membro AGRESPI. Após a contextualização preliminar, Alberto Hidd procedeu a leitura da pauta, que trata dos seguintes pontos: **I - Relatório semanal Concessionária - tombamento dos bens reversíveis; II - Visitas aos municípios sem AGESPISA pelo PODER CONCEDENTE; III - Encaminhamentos AGESPISA, conforme deliberação da última reunião; IV - Informes e proposições adicionais dos integrantes do Comitê de Transição.** No que se refere ao **primeiro ponto de pauta**, Guilherme (Representante Águas do Piauí) informa que as cidades com a AGESPISA já foram concluídas e que amanhã haverá uma reunião com Teresina para tratar da zona rural, comenta que já estão com 68 cidades concluídas e que a expectativa é fechar 70 cidades ainda nesta semana, avançando ainda mais na próxima. Estela (Representante AGRESPI) questiona o que seria o "Infra Inteligente", e Alberto responde que se trata do sistema da concessionária para levantamento, tagueamento e cadastro dos bens reversíveis, referente às cidades que já tiveram o levantamento realizado. Guilherme explica que as "plantas" são áreas que contêm uma ETA, reservatório, registros e bombas, e que cada planta possui diversos ativos que vão sendo cadastrados. A equipe realiza um trabalho minucioso, cadastrando, fotografando os equipamentos, aplicando tags e registrando tudo, inclusive áreas de comando, bombas e reservatórios. Guilherme esclarece que utilizam drones para obter imagens 3D e fazer o mapeamento completo do local, permitindo acessar remotamente as informações e manter o histórico de manutenção e trocas de equipamentos registrados no sistema. Estela pergunta se o Estado e a Agência Reguladora têm acesso ao sistema ou ao espelho dos dados. A concessionária responde que o acesso é integrado para toda a AEGEA, abrangendo todos os ativos e não apenas os do Piauí, sendo necessário gerar relatórios específicos para repassar as informações. A concessionária ainda menciona que está incluindo no grupo de trabalho patrimonial dois elementos: um chamado "planta", que se refere ao endereçamento, e outro que corresponde aos componentes dentro das plantas, que são os TACs. Esses dados estão disponíveis em formato PDF e Excel, podendo ser extraídos. Alberto ressalta que a concessionária começou a enviar os relatórios dos bens para análise do poder concedente no dia 13/03/2025, conforme previsto no contrato que define os bens reversíveis. Maria Helena comenta que, em relação à licença ambiental de todos os municípios sem atendimento pela AGESPISA, nenhum possui licença ambiental. Sobre os seis municípios cujas informações o poder concedente recebeu, os prefeitos se comprometeram a enviar os dados até 31 de março. Ela informa que, no momento, estão atendendo Dom Inocêncio e que Capitão Gervásio já entrou em contato. Acredita que até abril será possível concluir os municípios que possuem SAAE, pois as informações já estão no Drive.Pi. Guilherme destaca um ponto de atenção referente à divergência na quantidade de ativos. Há municípios que informam ter cinquenta poços, mas, ao realizar a visita, constata-se a existência de apenas quinze. Em outros casos, há municípios que dizem ter dois poços, mas a concessionária encontra trinta. Além disso, há





divergências na qualidade dos ativos, pois alguns municípios afirmam que a água está em boa qualidade, mas, na visita, constata-se a ausência de tratamento básico. Guilherme salienta que isso preocupa, pois se trata de registrar a condição real dos ativos, especialmente para eventuais ações do Ministério Público ou cobranças da Agência Reguladora, uma vez que a concessionária precisa demonstrar as condições em que recebeu esses ativos. Estela reforça que essas divergências devem ser registradas no inventário, pois é o momento adequado para ajustar as informações e garantir um relatório conjunto entre o Poder Concedente e a Agência Reguladora. Guilherme menciona que existem 13 processos judiciais relacionados à MRAE e que, quanto às documentações, Maria Helena informa que a AGESPISA já anexou todas as pendências no dia 21 de março. Nayane comenta que as TACs também já foram informadas, mas ainda falta a confirmação da concessionária. Alberto observa que há uma pendência de análise da concessionária em relação aos últimos documentos enviados pela AGESPISA. Alberto também menciona que persiste a pendência do CadÚnico, e Guilherme destaca que, independentemente de qualquer mudança legal, o contrato prevê programas de aderência ao Bolsa Família, exigindo informações para garantir a tarifa social aos cadastrados em programas federais de benefícios. Guilherme continua dizendo que a tarifa social, conforme previsto em contrato, é destinada às pessoas cadastradas em programas de benefícios do governo federal. Além disso, há a necessidade de mapear as residências que atendam aos critérios estabelecidos: devem ser usuários residenciais, com imóveis de até 50 metros quadrados de alvenaria ou, no caso de casas de palha ou barro, sem indicação de abastecimento de água. Guilherme acrescenta que, considerando a zona rural, estudos apontam que 34% das economias pertencem a áreas rurais, sendo que uma parte significativa desses 34% corresponde a aglomerados rurais. Maria Helena destaca que é essencial que a concessionária analise o conteúdo disponível no Drive.Pi e identifique o que já está contemplado e o que ainda não está, uma vez que, no slide da concessionária, tudo consta como pendente. Maria Helena também menciona que diversos municípios enviaram a lista de poços existentes, e alguns enviaram até o cadastro de clientes, mesmo que de forma própria. Ela reforça que, embora os documentos tenham sido encaminhados, é necessário que a concessionária faça uma análise criteriosa. Além disso, Maria Helena informa que ficou pendente a inclusão, por parte da concessionária, de um arquivo no Drive.Pi referente ao plano municipal de saneamento do município de Coivaras. No caso de Novo Santo Antônio, o arquivo foi diretamente para o computador da concessionária, pois, durante as visitas, verificou-se que o documento era muito grande para ser enviado por e-mail. Ficou acordado que a concessionária colocaria o arquivo no Drive.Pi, mas até o momento ele não está disponível, sendo necessário providenciar essa inclusão. Maria Helena afirma que também irá atualizar o relatório dos municípios, mencionando que já inseriu as informações de Jatobá, inclusive com registros de imóveis. No entanto, a análise sobre o que está contemplado ou não ainda não foi realizada, mas o relatório indicará os dados inseridos por cada município. Ela solicita que a concessionária também faça sua própria análise. Maria Helena acredita que já há informações de 15 municípios e que, até o dia 31/03, devem ser incluídos os dados dos outros seis municípios, além de Capitão Gervásio e Dom Inocêncio, que terão reunião com os prefeitos ainda hoje. Guilherme questiona se o histórico de qualidade deve apenas anexar a informação que está ausente. Quanto ao histórico de manutenção, Nayane esclarece que está disponível na área operacional. No que se refere ao **segundo ponto de pauta**, Alberto pergunta se Maria Helena tem algo a comentar sobre as visitas aos municípios. Maria Helena responde que já abordou todos os pontos necessários. Alberto informa que, nesta semana, conseguiram mobilizar duas equipes para realizar as visitas e





vistorias dos bens. Ele ressalta a importância do alinhamento entre a equipe da MRAE e a concessionária no que diz respeito às rotas. Segundo Alberto, quando a concessionária altera a rota de última hora, torna-se muito difícil para o Poder Concedente acompanhar as atividades. Por isso, é fundamental manter ao máximo o alinhamento das rotas previamente estabelecidas. No que se refere ao **terceiro ponto de pauta**, Alberto informa que já foi tratado, pois se refere aos encaminhamentos da AGESPISA. No que se refere ao **quarto ponto de pauta**, Alberto informa que se trata dos informes adicionais, os quais são discutidos em todas as reuniões. O primeiro informe é sobre a articulação com a SDR. Alberto explica que o contato já foi iniciado e que o relatório contendo as informações necessárias já está pronto, conforme informado pelo superintendente da SDR/PMT. Em análise às questões de ordem, foi deliberado e aprovado, por unanimidade dos integrantes que compõem o Comitê de Transição - MRAE, o seguinte: I - A concessionária deve informar oficialmente os municípios que apresentarem divergência no tombamento dos bens descritos no termo de referência, bem como oficializar o terceiro relatório de bens; II - A concessionária deverá analisar as informações prestadas pela AGESPISA e manifestar-se a respeito. Concluída as proposições e sem nenhuma discordância das premissas apresentadas, eu Maria Helena Santos Soares, lavrei a presente ata, que será publicada no Diário Oficial do Estado do Piauí - DOE/PI, sob responsabilidade dos membros da SEAD-PI.

**Alberto Elias Hidd Neto**

Membro Comitê de Transição - SEAD/PI

**Clemilton Luiz Queiroz Granja**

Membro Comitê de Transição - AGESPISA

**Danilo Cezar Correia de Almeida**

Membro Comitê de Transição - SPE Águas do Piauí

**Francisco Antônio de Sousa Filho**

Membro Comitê de Transição - AGRESPI

**Guilherme de Figueiredo Dias**

Membro Comitê de Transição - SPE Águas do Piauí

**Leonardo Silva Sousa**

Membro Comitê de Transição - AGESPISA

**Maria Helena Santos Soares**

Membro Comitê de Transição - SEAD/PI

